

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A JUVENTUDE DE VOLTA ÀS RUAS

Marco Aurélio Brandão Costa¹

Resumo

A pesquisa, em desenvolvimento, consiste na análise sobre os movimentos sociais e as manifestações ocorridas em 2013. Entendendo a violência como um instrumento que instaura um novo poder, a partir da ótica de Arendt, este artigo tem como objetivo pensar estes movimentos como uma forma de insatisfação social frente a atual conjuntura política. Ao mesmo tempo analisar, a partir de Castells, uma sociedade em rede capaz de mobilizar os jovens “nativos digitais” e com isso, procurar perceber as matrizes do descontentamento.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Violência. Poder. Insatisfação social. Redes sociais.

Introdução

“*Não são por R\$0,20!*” Essa foi a bandeira estampada nas redes das manifestações ocorridas em junho de 2013 em São Paulo, quando o Movimento Passe Livre (MPL) se organizou com diversos outros movimentos sociais e, assim, as ruas de São Paulo – e de outras capitais do Brasil, com movimentos e pautas diferentes – foram tomadas por populações de diferentes idades, predominantemente jovens, descontentes com o aumento da passagem do transporte coletivo, com o gasto público, com a situação política e econômica pela qual o Brasil passava. Era um momento histórico para o país: brasileiros saíam às ruas questionando os gastos envolvidos com a Copa do Mundo FIFA e reivindicando melhorias nos serviços sociais que garantem a vida de um morador – educação, saúde e transporte, todos com o famoso “padrão FIFA”.

Desse processo histórico desdobram-se situações e análises que possibilitam levantar algumas questões, mesmo correndo o risco de se deixar levar pela proximidade dos acontecimentos. O pressuposto inicial de nossa análise é aprofundar as origens históricas dos movimentos sociais tendo como referência a década de 1960 e, principalmente, a formação de lideranças sociais presente no contexto brasileiro durante o processo de redemocratização política dos anos de 1980. Este resgate histórico possibilita pensar a formação e conscientização popular como uma possibilidade de reconstrução do contexto sociopolítico dos movimentos sociais de nosso tempo e sustentar a hipótese de que não se trata apenas de um descontentamento por conta de um fato, mas de um repensar da política que perpassa o próprio movimento. Esta hipótese se fortalece se levarmos em conta que o movimento de junho de 2013 se junta a uma ação maior,

quando analisados os aspectos instrumentais de organização das massas, tanto no Brasil como em outros países, a rede social “Facebook” e seus desdobramentos, tais como a violência utilizada como recurso para se (re) instaurar o poder e as promessas feitas como resultados desta ação.

Para sustentar estes argumentos optamos por utilizar conceitos políticos de Hannah Arendt sobre violência e poder. Para a autora de “Sobre a Violência” o “[...] poder *corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto*” (1972, p.60), e violência “*distingue-se por seu caráter instrumental*” (1972, p.63). Desta forma entendemos que poder é uma habilidade do homem para atuar em seu mundo e que não se dá sozinho, necessita de vários atores. A violência, por seu caráter instrumental é utilizada toda vez que o poder se mostra esgotado e há um “vazio de autoridade”. Por isso mesmo, ela inaugura e instaura um novo poder, devendo sempre se afastar sob pena de transformar em terror e autoritarismo toda e qualquer ação social. Para entender esta sociedade em rede que se formou no contexto dos movimentos sociais, nos pareceu pertinente a contribuição de Manuel Castells (2012), no que diz respeito à interligação de redes psicoemocionais e sociais, na qual os indivíduos se realizam e por meio da qual se comunicam. Como afirma Castells em seu livro *Redes de Indignação e Esperança: “a constituição de redes é operada pelo ato da comunicação”* (2013, p. 11). Temos, portanto, as redes sociais da internet que conectam as pessoas baseando-se nas emoções e relações reais entre elas, e que irão se tornar o grande diferencial para as manifestações por se tratarem de espaços autônomos – de *autocomunicação* (2013, p.11) – com a rápida difusão de imagens e ideias, além de oferecerem um dinamismo para a prática de reivindicações e exposição de indignação social.

As raízes dos movimentos sociais no Brasil

No recorte temporal de nosso estudo optamos por entender os movimentos sociais no Brasil a partir dos primeiros anos da instauração da ditadura militar (1964), focando principalmente o ano de 1968. Nesse período ocorre a eclosão dos movimentos sociais em diversos pontos do mundo como França – e suas reivindicações estudantis – e Estados Unidos – com a movimentação juvenil em torno de causas pacíficas, amor e música – e que também se tornaram parte do cotidiano brasileiro. Os primeiros levantes contra o regime autoritário outrora estabelecido levaram às ruas diversas reivindicações por melhorias na condição de vida dos brasileiros, principalmente na área da política e da liberdade de expressão. Temos então o envolvimento de movimentos culturais, que se tornarão guias dos ideais de liberdade de expressão, melhorias sociais, e o fim da repressão e perseguição política, e que atuarão

principalmente na música e na literatura brasileira. Zuenir Ventura (1989) afirma que “*a geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil [...]*” (p.52). Isso se deve ao fato de que, segundo o autor, os jovens que buscavam mudanças sociopolíticas no país receberam educação literária, mais do que assistindo programas televisivos e, portanto, sua cosmovisão, intelectualidade e percepção estética de todos os assuntos relacionados aos assuntos cotidianos foram forjadas pela leitura. Apesar dessa via de formação da mentalidade dos jovens, é pela música que se destacarão os principais personagens para a elucidação do contexto histórico pelo qual o Brasil passava, e que se tornarão peça chave para a construção dos movimentos no país.

Uma das peças-chave para o fomento de ideias e de movimentação durante a década de 1960 e 1970 foi a Tropicália, movimento sociocultural marcado fortemente por músicas e atitudes de protesto – gerando uma resposta imediata do governo atuando com repressão a este movimento: diversas prisões, tortura e exílios foram utilizados como instrumento político. Artistas como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Chico Buarque, Geraldo Vandré, Os Mutantes, Tom Zé e muitos outros utilizaram da música como forma de incutir na população os ideais contrários à ditadura, com mensagens de união nacionalista, críticas aos violentos instrumentos políticos, além da idealização de um país democrático que não tivesse no governo líderes autoritários.

Podemos observar, com a entrada dos anos 1970, que o governo passou a se valer cada vez mais dos instrumentos de violência para a manutenção de seu poder – violência física e psicológica, de repressão às manifestações contra a tortura, além das medidas adotadas para a manutenção do controle sobre setores diversos do país como educação e economia (reforma educacional e milagre econômico brasileiro). Os anos 1970 são marcados pela violência, pelo desgaste tanto do governo quanto da população que, ao final da década, se revigora e passa a sair cada vez mais às ruas. Além disso, inicia-se o processo de redemocratização do país, fato que desencadeará o fim do governo militar.

O processo da redemocratização política do Brasil se inicia com a ascensão ao poder do presidente Geisel (1974), com a decisão do governo de por em prática a lenta, gradativa e segura abertura política. Essa transição controlada garantiria, portanto, a institucionalização do país, a saída do estado de exceção e a volta dos militares aos quartéis (sem quaisquer ônus sobre os atos realizados). Um passo importante foi a substituição do Ato Institucional 5 (AI-5²) pelas salvaguardas constitucionais, o que permitiu tomar medidas liberalizantes “[...] *como o fim da censura prévia no rádio e na televisão e o reestabelecimento da garantia do*

habeas corpus *para crimes políticos*” [REIS, 2010. p. 221]. Além disso, a inesperada pressão popular das manifestações de rua a favor da redemocratização fez com que o governo buscasse, cada vez mais, caminhos para o fim desejado. O que se observa é que a grande massa apolítica agora passa a ser politizada, em qualquer espaço que se torne público como escolas, igrejas, bares e praças. A politização ajuda, inclusive, na organização de greves industriais e no surgimento de novos líderes de movimentos sociais e de sindicalização ocorridos nos anos 1980. A partir de comícios organizados por sindicatos, o grande contingente de operários grevistas, classes trabalhistas diversas e da população em geral, que se politiza e faz frente ao governo, é reprimido com violência – centenas de prisões de trabalhadores e líderes sindicais, intervenção em sindicatos, demissões e diversas outras formas de repressão.

Outros passos dados para a redemocratização foram feitos pelo presidente João Figueiredo (1979), que aprova a reformulação partidária e a anistia política. Essa última gera controvérsias devido ao teor do projeto aprovado³.

A anistia aprovada apresentava, no entanto, muitas limitações, excluindo dos seus benefícios os condenados por ‘práticas de crime de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Por outro lado, sob o argumento jurídico do princípio da reciprocidade e do combate ao revanchismo, a lei anistiava os militares envolvidos em torturas, assassinatos e atos questionáveis praticados em nome do governo e das forças armadas (REIS, 2010. p. 229)

Com a contínua politização, as manifestações de grande porte retornam nos anos 1980 com mais força e com pauta diferenciada. As ruas são tomadas pela população para participar de comícios com lideranças, artistas e atletas nas manifestações que ficaram conhecidas como *Movimento pelas Diretas Já*. A população passa a exercer maior pressão quando a emenda constitucional *Dante de Oliveira* (que propunha eleições diretas) vai à votação e não é aprovada pelo Congresso. A população não desanima e continua nas ruas manifestando-se com painéis, comícios e passeatas, até que o objetivo seja alcançado. E o primeiro passo para as eleições diretas seria o fim do governo militar. Marcado pela eleição indireta de Tancredo Neves para Presidente da República, o primeiro presidente civil eleito desde o golpe militar de 1964, o governo militar finalmente acaba após sua característica “provisória de vinte e um anos”. O marco final para a redemocratização do país é a elaboração e promulgação da Constituição de 1988, que garante a abertura política, as eleições diretas para a presidência do país e o fim do estado de exceção vivido entre 1964 – 1985.

A internet como espaço agonístico

Um dos maiores fenômenos sociológicos que vivenciamos em nosso tempo é o uso das redes sociais na internet. A internet se constitui cada vez mais em um espaço de relações interpessoais de comunicação e autonomia, garantindo aos internautas praticidade, velocidade e disponibilidade de conteúdos que não haveria por outros meios. Hoje o mundo cabe em um *smartphone*, com acesso à internet e serviços telefônicos rápidos e práticos, conectando as mais distantes pessoas com um simples toque ou mensagem. Além disso, o espaço *online* irá proporcionar locais de geração e fomento de discussões sobre política, além da organização de manifestações por redes sociais. Graças a esses atributos relacionados às redes, presenciamos durante as *Jornadas de Junho*⁴ o uso de tecnologias que propiciaram a eclosão e divulgação dos movimentos de rua. Para Castells os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias. (CASTELLS, 2013. p. 8).

Redes sociais são interligações psicoemocionais e sociais entre indivíduos, que através delas se realizam e se comunicam. Iniciamos e desenvolvemos novas relações por meio de tais redes, que podem ser *off-line* ou *online*. Redes *off-line* são redes nas quais os indivíduos não se utilizam de equipamentos de alta tecnologia para comunicação, optando por cartas, telefones residenciais e até mesmo encontros pessoais. O mais interessante para nosso estudo são as redes *online*, que são compostas por equipamentos tecnológicos como telefones celulares, notebooks e outros aparelhos que se conectam através de uma rede mundial de computadores, possibilitando comunicação ágil e de grande alcance. Tais redes se constituem numa corrente de comunicação que conecta pessoas de diferentes localidades, encurta distâncias, acelera o contato e, neste cenário, estas pessoas passam a discutir politicamente suas indignações com a sociedade.

Essas redes sociais *online* deixam de ser um espaço de conteúdo de entretenimento para se tornar um espaço agonístico, um espaço não físico capaz de criar um ambiente de discussão de ideias no qual os embates serão entre, e somente entre, as ideias. Mais do que isso, esse novo espaço se torna um canal de diálogo entre os movimentos e toda a sociedade. Portanto, os movimentos sociais enxergam a possibilidade de fazer uso desse espaço para iniciar debates sobre suas reivindicações. Essas reivindicações são reflexos dos descontentamentos experimentados pelos mais diversos setores da sociedade brasileira que, por conta de suas necessidades sociais e políticas urgentes e não resolvidas, passam a utilizar os espaços proporcionados pelas redes de comunicação como um fórum aberto para discussões e debates.

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e ao possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação. (CASTELLS, 2013. p. 16)

Tal espaço confere altíssimo grau de autonomia para o indivíduo, e autonomia se refere “*à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade [...]*” (CASTELLS, 2013. p. 168). As redes sociais da internet são, portanto, “*espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas*” (CASTELLS, 2013. p. 7), ou seja, um espaço livre no qual se pode embasar seus argumentos em discussões conectando-se a sites que oferecem os mais diversos conteúdos. Essa autonomia também garante a liberdade do indivíduo de participar dos debates sem estar presente, garantindo assim que suas opiniões sejam lidas e debatidas apenas no campo das ideias. Além disso, os movimentos sociais representam o *contrapoder*, a alteração da ordem vigente. E esses novos espaços agonísticos propiciam aos movimentos sociais exercerem o contrapoder “*construindo-se, em primeiro lugar, mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional*” (CASTELLS, 2013. p. 14), além de garantir a permanência do movimento. As redes sociais também reduzem a “*vulnerabilidade do movimento à ameaça de repressão, já que há poucos alvos específicos a reprimir [...]*; e a rede pode se reconstruir enquanto houver um número suficiente de participantes, frouxamente conectados por seus objetivos e valores comuns” (CASTELLS, 2013. p. 160). Portanto, se as redes sociais passam a fazer parte das ações dos movimentos sociais, elas deixam de ser somente um espaço de conteúdos de entretenimento para assumir um papel político e vital para a organização e manutenção das manifestações.

É interessante pensar que os movimentos podem também surgir fora da internet, mas é nesse espaço que eles irão se organizar e se manter. Sobretudo, o espaço agonístico construído nessas redes sociais *online* irá tomar o espaço urbano, já que os movimentos sociais essencialmente estão presentes na rua e necessitam estar visíveis. Surge a necessidade de tomar locais públicos ou simbólicos e estabelecer a continuidade do espaço agonístico, agora presencial, para que as manifestações tomem forma, se desenvolvam e busquem atingir os objetivos das reivindicações. Legitima-se o movimento, pois o início dos movimentos pode ser dado pela internet, mas só se torna movimento ao ocupar o espaço urbano⁵.

A rua como espaço de encontros e reivindicações sociais

Aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um grito de indignação [...] que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões [...] (CASTELLS, 2013. p. 178)

E as ruas foram ocupadas. Pessoas de todas as idades, principalmente jovens, após se organizarem nas redes sociais, ocupam agora o espaço urbano para manifestar seu descontentamento perante as adversidades na vida do cidadão.

Tais ocupações merecem um estudo aprofundado, pois aparentemente não foram bem recebidas. Observou-se durante as manifestações o sistema de segurança montado pelo órgão do Estado que atuou, muitas vezes, de forma a não contribuir para o desenvolvimento pacífico das manifestações. Diversos foram os motivos, como a presença de pessoas não engajadas diretamente aos princípios do movimento que, ao irem aumentar o contingente, acendiam uma centelha que transformava o movimento pacífico em um confronto direto contra a polícia; além do uso inadequado de aparatos de contenção de grandes massas por parte da polícia, que provocava a continuação dos confrontos. Verificou-se que diversas prisões de manifestantes foram efetuadas, algumas até por motivos completamente banais. O principal motivo, a ocupação das ruas e dos espaços públicos visíveis, transformava a vida dos cidadãos das cidades em um caos, no qual se alegava o impedimento do *direito de ir e vir*. Do ponto de vista da questão econômica, as ruas bloqueadas deixavam de serem usadas para o transporte comercial.

Quando se pensa nos espaços públicos, as ruas não podem ter delegadas apenas a função de via de locomoção de veículos, mas elas podem ser incumbidas de papel político. As ruas pertencem à população, que deve se valer sempre da ocupação deste espaços urbanos para as manifestações públicas de indignação, proporcionando a todos um lugar de luta por interesses comuns. Além disso, a exposição de um indivíduo nos espaços públicos mostra aspectos da desumanização a que sendo submetido, além do desrespeito com sua dignidade enquanto cidadão. Interessante é que, durante as manifestações, observou-se que a autonomia vivida nas redes sociais *online* se transfere para as ruas, onde as pessoas assumem autonomia para reivindicarem sobre o que mais as afligiam. E justamente por esse grau de autonomia é que se tornou preciso que o Estado estivesse presente, para tutelar as manifestações para que elas não se tornassem confrontos. Portanto, com reuniões cada vez maiores, é necessária a constante

vigilância sobre as manifestações, para que não acabem tomando fim diferente do proposto inicialmente.

A questão da violência vai além. Nas manifestações, observa-se a violência presente em ambos os lados, tanto a violência do Estado quanto a violência da população. Para Arendt, violência é instrumento que objetiva a reorganização do poder. Portanto, é possível inferir que a violência das manifestações (ocupação de ruas, prédios e espaços públicos, e até mesmo os subsequentes ataques à polícia) é tentativa instrumental de poder, que emana, neste caso, da população como tentativa de reivindicar a reorganização de uma política social mais justa para o Brasil. Do outro lado, temos a presença policial, que comanda efetivamente e, se essa é a essência do poder, “[...] *então não há maior poder do que aquele emergente do cano de uma arma [...]*” (ARENDDT, 2013. p. 53). Ou seja, o poder muitas vezes se manifesta não somente pela organização, mas por implementos que conferem obediência a um comando dado pela polícia. E em um conflito entre violências, a superioridade do governo tem sido absoluta devido à sua estruturação que mantém seu poder intacto, enquanto os comandos são obedecidos e as armas dos policiais estão prontas para uso; com o poder fragilizado, a situação muda, e podemos ver a corrosão do governo. E a partir do momento em que os comandos não são obedecidos, as manifestações tendem a ganhar força e partir para uma revolução.

Onde os comandos não são mais obedecidos, os meios da violência são inúteis e a questão dessa obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, pelo número daqueles que a compartilham. Tudo depende do poder por trás da violência. A ruptura súbita e dramática do poder que anuncia as revoluções revela em um instante quanto a obediência civil – às leis, aos governantes, às instituições – nada mais é do que a manifestação externa do apoio e do consentimento. (ARENDDT, 2013. p. 65-66)

Temos que refletir sobre essa nova *ágora grega* que vivenciamos no nosso tempo, já que esse conceito está incutido nas reivindicações. A população que vai às ruas demonstra suas suspeitas com relação as instituições políticas. Não negam a democracia representativa, mas anseiam por um sistema democrático que realmente atenda seus apelos. Dentro dessa *ágora* sequer foram vistos líderes, objetos do descrédito geral da população para com a delegação de poder, vítimas do próprio medo de que caírem nas armadilhas e imprevistos que podem encerrar os sonhos dos manifestantes.

Considerações finais: implicações dos movimentos sociais no Brasil

Não cabe aqui narrar factualmente as *Jornadas de Junho*, mas podemos nos arriscar a visualizar seus desdobramentos. O brasileiro vivenciou um período no qual se dispôs a lutar por seus interesses, motivado pela indignação que se transformou em esperança. Esse fato por si só já é um desdobramento das manifestações: a transformação, da indignação frente uma condição de vida, em esperança de um mundo melhor, não somente para si, mas para os que virão depois dele.

Outro desdobramento interessante e que se considera importante foi a revolução social: mais do que conseguir reduzir o valor das passagens de transporte público urbano, pressão política sobre os governantes, ou qualquer outro fator positivo em favor dos manifestantes, o que fica das *Jornadas de Junho* é a mudança de mentalidade do brasileiro. Mudança essa marcada pela sua politização, por sua vontade de querer um país melhor, abnegando instituições políticas. É quando o brasileiro percebe que não é preciso um fator político para sair às ruas, nem líderes destacados, nem pautas fixas, mas sua própria força e vontade de manifestar seu descontentamento. Isso representa a mudança estrutural de mentalidade da nação, pois a revolução social foi uma revolução das mentalidades. E não só a mentalidade dos atores das manifestações, da população que fora recebida com balas de borracha e gás lacrimogêneo e que mostrou rostos marcados por dificuldades e indignação, mas também dos que se ausentaram de qualquer forma e perderam a oportunidade de serem atores de sua própria história, que não participaram das manifestações por diversos motivos, ou por ao menos não debater sobre as movimentações políticas que estavam ocorrendo.

O verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política. (CASTELLS, 2013. p. 173)

Além disso, o que precisa ser discutido diz respeito à dignidade humana, uma batalha diária e que nas manifestações de junho foi conseguido mediante acordos políticos e promessas de melhorias – das quais algumas não foram feitas.

Porque, como todos os outros movimentos do mundo, ao lado de reivindicações concretas, que logo se ampliaram para educação, saúde, condições de vida, o fundamental foi – e é – a defesa da dignidade de cada um. Ou seja, o direito humano fundamental de ser respeitado como ser humano e como cidadão. (CASTELLS, 2013. p. 178)

O que resta é saber, com o distanciamento do fato, quais os resultados efetivos dessas manifestações? Ainda pairam no questionamentos sobre o campo político das lutas desses

movimentos que atuaram em 2013 e os tradicionais e históricos movimentos. É possível que as manifestações sejam capazes de gerar uma nova política, ou uma nova forma de se pensar a política? Como o governo federal tratará os resquícios das *Jornadas de Junho*? A falta de líderes dificulta o diálogo entre as partes envolvidas? Muitos questionamentos, mas ainda teremos tempo para viver as respostas ou exigí-las novamente⁶.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2013. 4ª ed.

CASTELLS, Emanuel. **Redes de Indignação e Esperança**. Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

MARICATO, Ermínia [et al]. **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomara as ruas do Brasil. Boitempo, Carta Maior: São Paulo, 2013.

REIS, José Roberto Franco. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. In: PONTE, Carlos Fidélis (org.). **Na corda bamba da sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2010.

Notas

¹ Graduando em Licenciatura em História, pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL, UE Lorena, bolsista BIC-SAL. Orientador: Prof. Dr. Mário José Dias, doutor em Memória Social pela UNIRIO, professor no UNISAL, UE Lorena.

² Ato Institucional nº5 – instituído em 13 de dezembro de 1968 e revogado no dia 1º de janeiro de 1979– foi o último decreto a ser tomado como base jurídica, suprimindo a Constituição e operando em caráter provisório.

³ Embora não sendo objetivo desta pesquisa, vale ressaltar que a questão da anistia é hoje objeto de debate e de grandes embates jurídicos provocados pela então criada Comissão da Verdade que questiona a ampla anistia aos crimes cometidos durante a ditadura militar.

⁴ Termo utilizado para designar as manifestações de junho de 2013. Aparece como título do texto de Lincoln Secco no livro *Cidades Rebeldes*.

⁵ Uma vez que o espaço público institucional – o espaço constitucionalmente designado para a deliberação – está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos. (CASTELLS, 2013. p. 14-15)

⁶ Para Castells “[...] é irreversível no Brasil como no mundo é o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo que sabemos do futuro é que eles o farão. Móbil-izados.” (CASTELLS, 2013. p. 182)